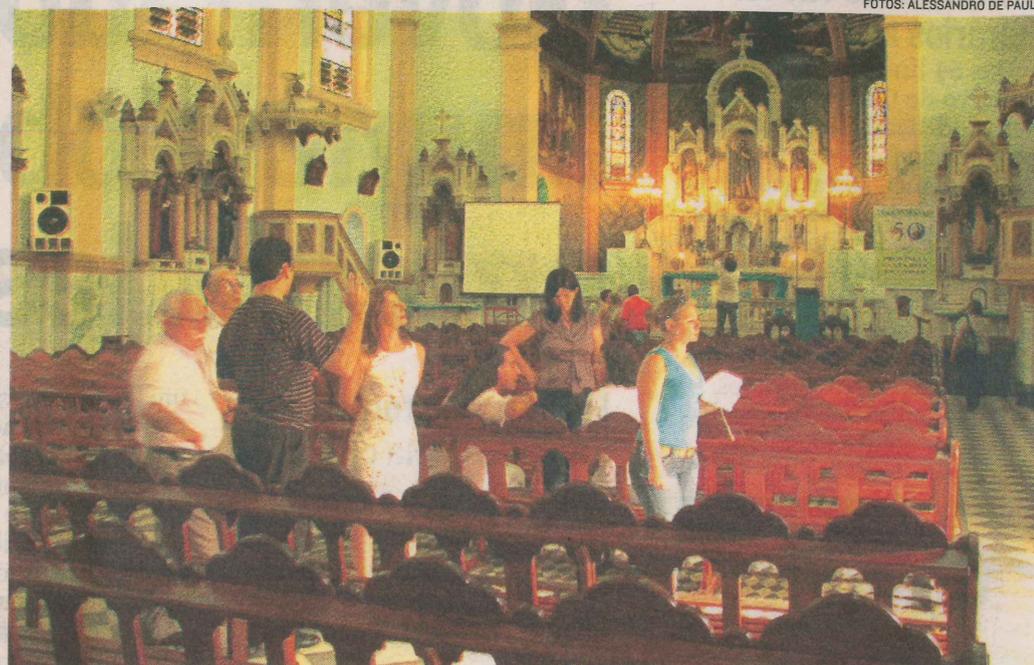
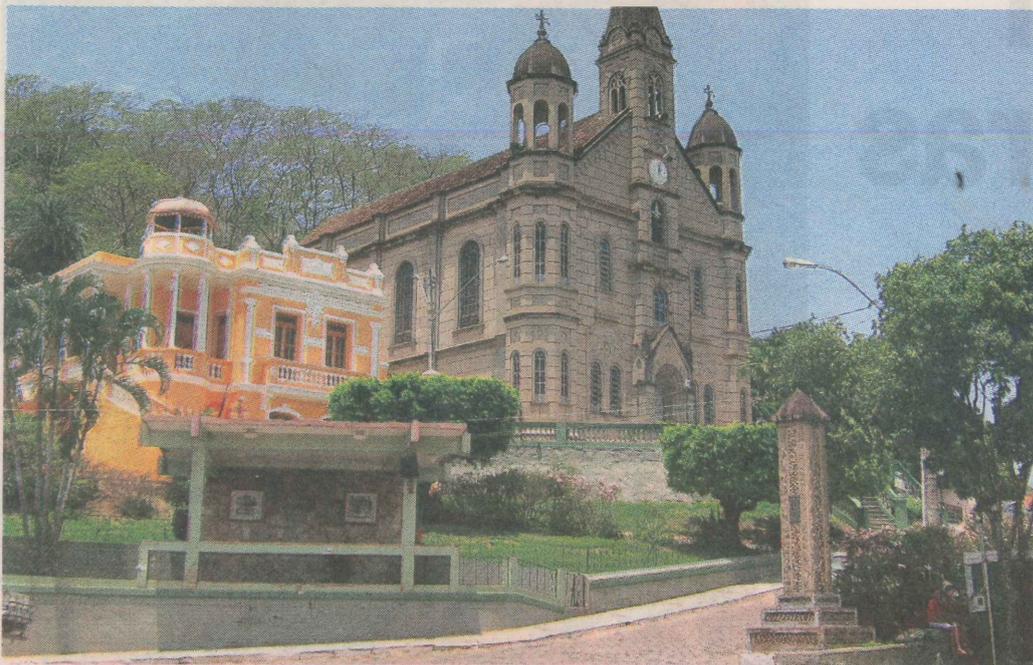


11.265

# Regional



FOTOS: ALESSANDRO DE PAULA

O PALACETE Geraldo Viana (imóvel amarelo) e a Igreja Matriz São João Batista estão entre as edificações que vão virar Patrimônio Histórico. Imóveis foram construídos entre 1901 e 1978

# Casarões tombados no Sul

Serão tombados em Muqui um total de 272 imóveis, entre eles a Igreja Matriz, o prédio da prefeitura e a estação ferroviária

Alessandro de Paula  
MUQUI

O Conselho Estadual de Cultura vai tomba 272 imóveis em Muqui, no Sul do Estado. São edificações construídas entre 1901 e 1978, como a Igreja

Matriz São João Batista, o prédio da prefeitura, a estação ferroviária, o palacete Geraldo Viana, além de dezenas de residências e pontos comerciais.

O tombamento é um ato de reconhecimento do valor cultural de um determinado bem e que garante a sua proteção.

Muqui já possui 186 imóveis tombados, porém pelo Conselho Municipal de Cultura. Agora, além de o tombamento passar a ter reconhecimento estadual, a medida irá contemplar outras 86 edificações. Entre elas, a própria igreja matriz que, no processo anterior, não teve a autorização do pároco.

A decisão foi unânime e a votação foi realizada ontem em Muqui, no Dia Nacional da Cultura, após uma visita técnica dos conselheiros ao sítio histórico. Foi a primeira vez que os membros se reuniram e votaram por um tombamento fora de sua sede, em Vitória.

“Além do conjunto arquitetônico, Muqui apresenta ainda outros aspectos que reforçam o tombamento, como sua tradição nas manifestações populares, entre elas, a Folia de Reis”, destacou a secretária estadual de Cultura, Dayse Maria Lemos, presidente do Conselho Estadual.

A escritora Beatriz Abaurre,

membro do Conselho, disse que o tombamento do Sítio Histórico de Muqui levou em consideração questões como o valor histórico das edificações e o envolvimento dos moradores da cidade.

“Ficamos encantados com a beleza do casario e pela sua preservação, apesar de que algumas construções modernas e com cores fortes destoam das edificações antigas”, destacou.

Os proprietários dos imóveis a serem tombados serão notificados e terão prazo de 15 dias para aceitar ou não o tombamento. O arquiteto Genildo Hautequestt, um dos envolvidos no projeto, acredita

que a maior parte dos moradores aceitará o registro de sua propriedade com patrimônio histórico.

“Durante o tombamento municipal, apenas 20% dos proprietários não concordaram. Dessa vez, esperamos que o percentual seja ainda menor”, disse Genildo.

Ele ressalta que, com a medida, Muqui possuirá sozinha 60% dos imóveis tombados no Estado.

O Sítio Histórico é fruto do ciclo econômico do café. Nessa primeira fase, foram tombados apenas os imóveis situados na área urbana. Numa fase seguinte, serão abrangidos os casarões situados na área rural, construídas no século 19.